

CORREIO ECONÔMICO

DA REDAÇÃO

Ascom/PI



Abate de bovinos chegou a quase 43 milhões de cabeças

Brasil bate recordes históricos na produção pecuária em 2025

Dados divulgados esta semana pelo IBGE mostram que, em 2025, o Brasil registrou recordes históricos na pecuária, consolidando-se como um dos maiores produtores mundiais. A produção de ovos de galinha chegou a 4,95 bilhões de dúzias, um aumento de 5,7% em relação a 2024, enquanto o couro cru bovino somou 44,03 milhões de peças, o maior volume da série histórica. O abate de bovinos alcançou 42,94 milhões de cabeças, o de frangos chegou a 13,2 bilhões de aves e o de suínos totalizou 4,6 milhões de cabeças, todos recordes. Esses resultados refletem a expansão da demanda interna, o crescimento das exportações e a consolidação do Brasil como referência global em produção pecuária.

Varejo e Saúde com dificuldades

O Grupo Mateus fechou 28 lojas de eletrodomésticos em 2025, sendo 13 no último trimestre, e inicia 2026 pressionado por vendas mais fracas e mudanças no comportamento do consumidor. No setor de saúde, a Hapvida avalia fechar unidades ociosas após resultados fracos no quarto trimestre, buscando ajustar operação, reduzir custos e otimizar sua rede de atendimento. Ambas as empresas divulgaram essa semana os resultados de 2025.

Freepik



Taxa Selic continua elevada para controlar inflação

Brasil tem 2º maior juro real do mundo

Mesmo com a redução da taxa de juros pelo Copom de 15% para 14,75% ao ano, o Brasil continua entre os países com maiores juros reais do mundo, ocupando a segunda posição do ranking internacional, que compara 40 economias globais. Apesar da Selic estar em 14,75% ao ano, a taxa real é de 9,51%, indicador que desconta a inflação projetada (4,03%). O resultado mostra que, apesar do início do ciclo de cortes da Selic, a política monetária brasileira segue na tentativa de conter a inflação e manter a economia sob controle em meio a incertezas externas.

Média mundial do Juros está em 2,18%

O levantamento indica ainda que a média mundial dos juros reais está em 2,18% ao ano, bem abaixo do nível brasileiro. A Turquia lidera com 12,38%, seguida por Brasil (9,51%), Rússia (7,63%), México (6,69%) e Indonésia (6,52%). Também aparecem Colômbia (5,94%), África do Sul (5,31%), Filipinas (4,88%) e Chile (4,72%). Os Estados Unidos têm juro real de cerca de 1,73% ao ano.

Economia do mar

A Prefeitura de Fortaleza lançou a plataforma Mar de Fortaleza, ferramenta digital colaborativa que reúne informações sobre atividades desenvolvidas no mar e na orla da capital cearense, além de disponibilizar dados ambientais e serviços úteis à população usuária da zona costeira.

Plataforma aberta

A plataforma Mar de Fortaleza é aberta ao público. A iniciativa tem o objetivo de fortalecer a economia do mar, reunindo informações que irão subsidiar a tomada de decisões por gestores públicos, empreendedores e pesquisadores, impactando setores como pesca, turismo, infraestrutura e preservação.

IPVA - PR

O IPVA mais barato pode injetar mais de meio bilhão de reais na economia do Paraná. A estimativa é de um estudo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipdres) encomendado pela Secretaria da Fazenda que analisa impactos do corte na atividade econômica paranaense.

Goiás e EUA

Um memorando de entendimento firmado entre o governo de Goiás e o Departamento de Estado dos Estados Unidos estabelece a possibilidade de compartilhamento de dados obtidos em levantamentos geológicos realizados no âmbito de projetos com apoio americano. As informações envolvem estudos sobre localização de reservas.

Goiás e EUA II

Outras informações são o potencial de exploração de minerais críticos, considerados estratégicos para a economia e para cadeias produtivas globais. Integrantes do governo federal avaliam que a medida pode representar risco por envolver o envio de dados sensíveis a um país estrangeiro, e sem regras por aqui.

Goiás e EUA III

O documento também indica como diretriz o estímulo a um mercado mais aberto de minerais críticos, com o objetivo de atrair investimentos para Goiás, para o Brasil e para os Estados Unidos. A proposta, no entanto, ocorre enquanto o governo federal e o Congresso Nacional ainda discutem regras para a área.



Frete Mínimo

Governo publica MP sobre frete mínimo

Medida tenta impedir possível paralisação dos caminhoneiros

Andre Souza

O governo federal publicou na quinta-feira(19) uma Medida Provisória (MP) que endurece as regras sobre o cumprimento da tabela do frete mínimo no transporte rodoviário de cargas. A iniciativa ocorre em um momento de tensão com os caminhoneiros, que chegaram a ameaçar uma greve nacional motivada pelo aumento do diesel e pelo descumprimento do piso do frete. A MP prevê penalidades para empresas que descumprirem a tabela, incluindo multas que variam de R\$ 50 mil a R\$ 10 milhões por operação, além da possibilidade de suspensão temporária do registro para contratação de fretes em caso de reincidência. O objetivo é proteger os motoristas que transportam cargas pelo país, garantindo que os valores pagos cubram custos básicos como combustível, manutenção e depreciação dos veículos. Além das multas, a medida aumenta a fiscalização e a transparência das operações, criando mecanismos para identificar fretes realizados abaixo do piso legal.

Ameaça de paralisação

A publicação da MP ocorre no contexto de uma assembleia nacional de caminhoneiros, agendada para quinta-feira(19), no porto de Santos. Esse encontro funciona como fórum de deliberação da categoria, que não

possui uma liderança única com autoridade para decidir unilateralmente sobre paralisações.

Até o fechamento desta edição não havia uma decisão dos caminhoneiros sobre a paralisação. Porém, lideranças dos motoristas interpretam a medida do governo como um sinal de atendimento parcial às demandas da categoria.

Redução do ICMS

Paralelamente à MP, o Ministério da Fazenda apresentou aos governadores uma proposta para que os estados e o Distrito Federal zerem temporariamente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre a importação do diesel, com validade até 31 de maio. A intenção é aliviar parte do impacto do aumento internacional do preço do combustível, estimado em cerca de R\$3,2 bilhões por mês em perda de arrecadação estadual — metade dos quais seriam compensados pela União. A proposta deverá ser debatida no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários de Fazenda de todos os estados e do Distrito Federal para deliberar sobre impostos e questões fiscais. O Confaz marcou uma reunião para o fim de março, em data a ser confirmada, com o objetivo de avaliar a adesão dos estados à medida e definir se a redução do ICMS será implementada.